



Revista de Políticas Públicas
ISSN: 2178-2865
revistapoliticaspublicas@ufma.com
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Costa Lima, Cristiana; Cavalcanti Braz Berger, Mariana; Maciel Abreu, Marina
CONSERVADORISMO REACIONÁRIO E DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA:
resistência das classes subalternas e a cultura profissional crítica em Serviço Social
Revista de Políticas Públicas, vol. 24, 2020, pp. 241-261
Universidade Federal do Maranhão
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165167014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFMA
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



CONSERVADORISMO REACIONÁRIO E DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA: resistência das classes subalternas e a cultura profissional crítica em Serviço Social

Cristiana Costa Lima¹
Mariana Cavalcanti Braz Berger²
Marina Maciel Abreu³

Resumo

Analisamos o fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade da expansão do setor elétrico na Região Amazônica brasileira e a resistência dos grupos sociais atingidos pela construção de hidroelétricas. Destacamos o avanço do conservadorismo reacionário, funcional às estratégias econômicas neoliberais que devastam a Amazônia. Reafirmamos a incompatibilidade da lógica de destruição capitalista com o modo de vida de qualquer perspectiva que utilize e defenda o meio ambiente natural para sobrevivência e manutenção própria, e procuramos adensar a análise da cultura profissional crítica em Serviço Social em sua construção entre o horizonte do Estado de Bem-Estar e a necessidade histórica da emancipação humana, apontando configurações particulares nas contradições em que se inscreve e se constrói a dimensão interventiva, no setor elétrico na Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Conservadorismo reacionário. Produção destrutiva. Amazônia. Desenvolvimento sustentável. Cultura profissional em Serviço Social.

REACTIONAL CONSERVATISM AND DESTRUCTION OF THE AMAZON: resistance of the subordinate classes and the critical professional culture in Social Work

Abstract

We analyzed the fetish of sustainable development in particular the expansion of the electric sector in the Brazilian Amazon Region and the resistance of the social groups affected by the construction of hydroelectric plants. We highlight the advance of reactionary conservatism, functional to the neoliberal economic strategies that devastate the Amazon. We reaffirm the incompatibility of the logic of capitalist destruction with the way of life of any perspective that uses and defends the natural environment for survival and self-maintenance, and we seek to deepen the analysis of the critical professional culture in Social Work in its construction between the horizon of the State of Well-Being and the historical need for human emancipation, pointing out particular configurations in the contradictions in which the intervention dimension is inscribed and built in the electric sector in the Brazilian Amazon..

Keywords: Reactionary conservatism. Production destructive. Amazon. Sustainable development. Professional culture in Social Work.

Artigo recebido em: 11/11/2019. Aprovado em: 26/02/2020

¹ Doutora em Políticas Públicas (UFMA). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: costalima.cristiana@gmail.com

² Doutora em Políticas Públicas (UFMA). Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA. E-mail: mari_braz@hotmail.com

³ Doutora em Serviço Social (UFMA). Pesquisadora bolsista CNPq. E-mail: maciel.m@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo reorganiza as ideias centrais dos três trabalhos que compuseram a mesa temática com o mesmo título, apresentada na IX Jornada Internacional de Políticas Públicas/UFMA (IX JOINPP), 2019, em São Luís/MA. O propósito é expor o tema em sua complexidade, tendo o conservadorismo reacionário e a resistência das classes subalternas como eixos que dão a unidade dos três trabalhos¹. Tais trabalhos centram-se, cada um, em um dos seguintes recortes: 1) a retomada do conservadorismo reacionário no mundo e a incidência no Brasil, no contexto de reconfiguração do Estado neoliberal sob a hegemonia do capital financeiro, contribuindo para o acirramento da luta de classes e fortalecimento da lógica destrutiva dos modelos de desenvolvimento econômico; 2) a expansão do setor elétrico na Amazônia brasileira: o fetiche do desenvolvimento sustentável e a resistência dos grupos sociais duramente penalizados por essa estratégia; 3) a construção da cultura profissional crítica em Serviço Social, no quadro de tensões forjado pelo aprofundamento da questão social e recrudescimento da cultura do conservadorismo reacionário na sociedade e na profissão.

O conservadorismo reacionário é um elemento intrínseco ao movimento do próprio capital, fortalecido como ideologia e cultura, na fase econômico-financeira do sistema capitalista mundializado, que, em países periféricos como o Brasil, contribui para o conformismo social demandado pelas estratégias de flexibilização econômica que intensificam a precarização do trabalho — na qual a infoproletarização é a face da “degradação real do trabalho virtual” (ANTUNES; BRAGA, 2011) —, reformatam não só trabalho, mas toda e vida cotidiana, na tentativa de soluções imediatas para a crise do emprego e para a sobrevivência de grande parte da população. Nesse movimento que destroça as classes subalternas², trabalhadoras, o conservadorismo avança e incide na reconfiguração das relações de força afrontando a resistência dessas classes — elemento inerente à necessidade histórica da emancipação humana. Essa resistência se constrói e reconstrói-se na luta permanente entre forças hegemônicas na dinâmica da vida social. Tal processo tem implicações político-ideológicas em todas as práticas sociais e incide prioritariamente nas práticas educativas formadoras da cultura, sociabilidade, para adequar e conformar o modo de vida aos imperativos da reprodução ampliada do capital especulativo. O Serviço Social, como as demais profissões inscritas no âmbito das práticas educativas, encontra-se implicado nesse processo e exerce influência sobre ele. Daí o nosso interesse em avançar nesta tematização.

O intenso movimento produzido pelas transformações ocorridas no mundo, no final do século XX e início do século XXI, tem apresentado grandes desafios à análise dos processos históricos de desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo em que provoca mudanças nas forças sociais em luta. Essas transformações nas relações de força vêm se manifestando no Brasil desde as Jornadas de

Junho de 2013, quando emergiu um profundo acirramento da luta de classes alimentado pelo conservadorismo reacionário que se difunde em toda sociedade. Ambos constituem-se expressões da atual fase do capitalismo sob a hegemonia do capital portador de juros (CHESNAIS, 2005) e da ideologia neoliberal.

Essa movimentação orgânica do capital serve de arcabouço para as movimentações conjunturais que propiciam a emergência de movimentos sociais intrinsecamente vinculados aos interesses do capital, por ele financiados, sob sua lógica e cartilha econômica. Dentre esses movimentos situam-se, movimentos de juventude, religiosos neopentecostais e de lideranças que emergem à extrema direita. Em contraposição, encontram-se a organização política e a resistência das classes subalternas, trabalhadoras, na perspectiva emancipatória dessas classes e de toda humanidade, em que pese o seu enfraquecimento como força política, essas classes continuam como uma luz no fim do túnel no movimento da história, pois se reafirmam como sujeito da emancipação, em suas diversas formas de expressão.

Na particularidade da luta e resistência dos atingidos pela produção destrutiva no setor elétrico na Amazônia brasileira que se constrói na organização política e formação da consciência, sobressai-se a mediação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como sujeito coletivo em defesa da vida, do meio ambiente e do planeta. O MAB confronta-se com a expansão do setor elétrico na Amazônia brasileira, que ganha força a partir dos 1990, a partir da propalada necessidade de construção de hidroelétricas no país, baseada na alegação de escassez de energia e do potencial hidroelétrico das bacias da Região hidrográfica amazônica, região entendida equivocadamente como “vazio demográfico” e fronteira a ser ocupada.

De fato, a “escolha” da Amazônia para realizar a expansão energética está de acordo com as diretrizes da acumulação de capitais (nacional e internacionais), enquanto território propício para a instalação de megaprojetos na região. Trata-se de projetos voltados para a lucratividade que devastam a natureza e causam drásticos impactos no modo de ser e viver de vastos grupos sociais na região, com a destruição da vida, dos recursos naturais e violação de direitos humanos, além da criminalização dos movimentos de resistência dos trabalhadores e da luta social. Sem dúvidas, a criminalização da resistência acompanha a violência e o preconceito social, na discriminação e agressão aos grupos de atingidos diretamente por esses projetos, ideologicamente tratados como “baderneiros”, “desocupados”, “radicais”, refletindo o conservadorismo reacionário arraigado em toda a sociedade brasileira, hoje, fortalecido pelo atual grupo político de extrema direita, que assume o Governo Federal em 2018, com a eleição para Presidente da República, de Jair Bolsonaro. Esse grupo defende e respalda o preconceito, o moralismo, a discriminação e a negação de direitos aos/as trabalhadores/as

empobrecidos/as e miserabilizados/as, com ênfase a grupos específicos como índios, negros, comunidade LGBTTT +, dentre os outros.

Para o MAB, os atingidos não são apenas os diretamente afetados pelas obras das barragens, mas toda a população do país. São considerados impactados diretos e indiretos os trabalhadores no canteiro de obras, nas instalações funcionais e residenciais, nas estradas e nas linhas de transmissão, bem como os comerciantes, os professores da escola inundada pelas águas, os trabalhadores que pagam pelas altas tarifas de energia e que arcam com os investimentos públicos através do BNDES para essas obras (BENINCÁ, 2011). Equivale dizer que, em todos os aspectos, atingida é a sociedade brasileira, vez que “todo mundo consome energia, então afeta todos os brasileiros.”

Deste modo, embora a luta dos grupos sociais atingidos, constituída em grande parte por populações ribeirinhas, agricultores, indígenas, pescadores, entre outros, seja caracterizada pelo governo brasileiro e pelas empreiteiras como obstáculo ao desenvolvimento, possui um sentido que transcende a condição de violação e degradação, às quais estão diretamente submetidos, sendo uma luta de toda a sociedade brasileira. Resistência e luta que cobra dignidade humana e questiona as injustiças e desigualdades; a exploração do meio ambiente e a racionalidade econômica.

O Serviço Social é requisitado para intervir nesse processo, principalmente junto aos trabalhadores inseridos na construção e operação de hidroelétricas, na distribuição de serviços públicos de energia elétrica e junto às comunidades atingidas por barragens. Nesta análise, inquietamos a construção da intervenção profissional, como referência primeira da formação da cultura profissional, nas contradições do aprofundamento da questão social, do avanço do conservadorismo reacionário como ideologia e cultura, materializadas nas instituições empregadoras de assistentes sociais nesse setor, e na relação profissional com os sujeitos atendidos; e indagamos sobre as tensões desafios da construção da cultura profissional crítica.

A cultura com base em Gramsci, como sociabilidade, explicita-se na forma de pensar e agir dos sujeitos em suas inserções diferenciadas nas relações sociais. É determinada pelas necessidades da produção e do trabalho em condições históricas específicas sob a hegemonia de uma classe, como se pode entender da leitura das notas gramscianas sobre o americanismo e o fordismo (GRAMSCI, 2001), nas quais “os métodos de trabalho são indissociáveis a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, 2001, p. 266). Assim, o nexos ideologia/política/economia pode ser tomado como núcleo formador da cultura/sociabilidade e se impõe como eixo importante para pensar a cultura profissional em Serviço Social.

A intervenção profissional em Serviço Social desde sua origem constitui-se como atividade de natureza educativa vinculada às estratégias pedagógicas de controle político-ideológico através da participação na difusão/inculcação ideológica via ações de ordem material e ideológica em espaços de vida e trabalho de segmentos das classes subalternas, trabalhadoras, diretamente envolvidos nos processos interventivos; e, assim, incide na “reprodução física e subjetiva desses segmentos e na própria constituição do Serviço Social como profissão” (ABREU, 2001, p. 7). A intervenção profissional inscreve-se, portanto, pela função pedagógica, no campo das práticas sociais formadoras de “subjetividades e normas de condutas” — elementos nucleares da cultura (ABREU, 2001, p. 30) —, na luta de hegemonias políticas, na medida em que, como acentua Gramsci (1999, p. 399), “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica [...]”.

2 A EXPANSÃO DO SETOR ELÉTRICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, O AVANÇO DO CONSERVADORISMO REACIONÁRIO E A RESISTÊNCIA DOS GRUPOS ATINGIDOS

Na Amazônia brasileira, existe uma natureza viva de esplendor que convive com conflitos, violência, exploração, devastação e miséria. Historicamente, essa região cumpre função estratégica para a expansão do capital, estando vinculada às dinâmicas externas de possibilidades da acumulação capitalista através da extração de matérias-primas, determinada pelas demandas exógenas, fundada em uma racionalidade econômica que se apropria objetivamente da natureza como mercadoria.

Sobre os processos de acumulação primitiva permanente no Brasil, afirmou Brandão (2010, p. 48) que “todas as heterogeneidades estruturais e as diversidades produtiva, urbana, social e ambiental estiveram subordinadas à lógica econômica da valorização fácil e rápida, isto é, de natureza imediatista, rentista e patrimonialista”. Desse modo, o desenvolvimento capitalista brasileiro possui um conjunto de rupturas e conflitos que marcam um “complexo processo de desenvolvimento desigual de seus espaços regionais e urbanos” (BRANDÃO, 2010, p. 50).

O discurso oficial que reforçava (e reforça) a necessidade de construção de hidrelétricas no país alega que há escassez de energia e ganha novas facetas a partir dos anos 1990, quando o setor elétrico passou por uma reestruturação. O Plano Nacional de Energia Elétrica aprovado nessa década teve como base a implantação de grandes hidrelétricas.

Na década seguinte, a demanda pela expansão das usinas hidrelétricas, sustentada em estudos de inventários hidrelétricos das bacias da Região Hidrográfica Amazônica, identificou “mais de 30 aproveitamentos hidrelétricos planejados nas bacias hidrográficas dos Rios Tapajós, Teles Pires, Juruena e Jamanxim” (ANA, 2015, p. 19). Esse potencial hidrelétrico considerado não aproveitado determinou nos planos de expansão que sejam construídas grandes hidrelétricas na região Amazônica,

associadas às hidrelétricas de pequeno e médio porte nas demais regiões do país. Os recursos naturais servem de alavanca para a instalação de megaprojetos na região, reservando-lhe o lugar na Divisão Internacional do Trabalho como exportadora, sobretudo, dos setores: pecuária, minério, energia, madeira e grãos.

O que unifica as classes dominantes brasileiras, que são submissas aos Estados Unidos e aos demais estados imperialistas e que não têm nenhum compromisso com o desenvolvimento do Brasil, é a manutenção do Brasil como parceiro dos Estados Unidos, principalmente para garantir a tração de fluxos de capital. À burguesia só interessa uma política de redução dos custos de produção, obter alta taxa de lucros a baixos custos, sem ter que investir em tecnologia, em altos salários, sem garantir direitos, enfim, o projeto burguês para o Brasil assenta-se em relações de trabalho ainda pré-capitalistas. A atual fase do capitalismo sob a ideologia neoliberal e a hegemonia do capital financeiro mantém os traços do subdesenvolvimento!

A burguesia aposta na superexploração do trabalho. É também uma burguesia rentista, que transforma seus ativos e seus bens em capital financeiro para especular nos bancos e ganhar recursos gigantescos. É preciso atrair capital estrangeiro através de privatizações, concessões, redução de direitos. A política externa brasileira baseia-se em preservar a lógica rentista, colocar o desenvolvimento do país atrelado à atração de capitais internacionais e, sobretudo, fazer com o pacto colonial funcione: o Brasil se acomoda à sua condição de agroexportador de *commodities* agrícolas e minerais e resume-se a importador de produtos industriais. Configura-se, assim, uma cadeia de interesses da burguesia agroexportadora e dos bancos.

Para que o Brasil permaneça de joelhos ao império, é necessário impedir a chegada ao poder de grupos desenvolvimentistas comprometidos com a defesa das nossas riquezas. Cabe demarcar que o giro à direita que vamos enfrentar em todo mundo é uma expressão da atual fase do capitalismo, caracterizada pela flexibilização das relações de produção e de trabalho sob a hegemonia do capital financeiro. Em “A era do capital improdutivo”, Dowbor (2017) mostra que hoje, no mundo, 737 grupos controlam 80% do universo corporativo, e que, nesse universo, 147 grupos controlam 40%, sendo três quartos deles bancos.

No âmbito da construção de usinas hidrelétricas, são causados impactos diversos. Quando o objetivo é transformar a água em energia, os conflitos se acirram, opondo os interesses entre as empresas e as populações locais (a serem expulsas compulsoriamente) e os recursos naturais.

A complexidade dos projetos se manifesta na grandiosidade da obra, nos impactos causados e também nos confrontos (de forças desiguais) inseridos na região diante do antagonismo entre o controle dos recursos e potenciais naturais; a resistência em permanecer no território e a reivindicação das medidas de compensação e mitigação sofrida pelos afetados. A resistência a esses

empreendimentos se expressa no contraponto e na necessidade de desmontar a simulação e a perversidade das estratégias da sustentabilidade, posto que a razão dos empreendedores difere da representada pelos grupos sociais atingidos; esta, fundada em um saber ambiental, questiona a racionalidade do capital dominante na lógica das empresas.

A racionalidade do capitalismo em sua essência é irracional, já que prescinde dos ciclos naturais e da vida, ao mesmo tempo que, para satisfazer-se, os converte em forças destrutivas. Desse modo, Leff (2009, p. 308) argumenta que a racionalidade econômica impõe restrições à racionalidade ambiental, de que há entre elas uma contradição dialética e, portanto, é necessária para consolidação dessa a transformação da racionalidade econômica.

As pessoas são impactadas de formas e em momentos diferentes e em todas as etapas: antes, durante e depois da construção do empreendimento. Desde o anúncio da obra³, passando pelos efeitos no decorrer da execução e com o enchimento e operação do reservatório.

A política energética do Estado brasileiro privilegia as multinacionais que degradam o meio ambiente, alteram a vida das pessoas e absorvem grandes somas de lucro, pois a energia no Brasil para os consumidores individuais é uma das mais caras do mundo⁴. A forma como são construídas as hidrelétricas em nosso país resulta, há anos, em nefastas violações de direitos humanos. Na luta árdua para abrir as negociações e serem cumpridos os acordos com as empresas, os atingidos são duramente violentados e criminalizados ao lutarem por seus direitos. As organizações e movimentos sociais têm denunciado firmemente a condenação de militantes do MAB em Tucuruí⁵. A hidrelétrica de Tucuruí, construída ainda no regime militar, é um dos símbolos desse modelo e guarda um histórico de repressão à luta dos atingidos e violações de direitos que perduram até hoje, em que aqueles que foram atingidos viram suas condições de vida piorar e que ainda são obrigados a lutar por direitos básicos.

O modo de produção capitalista desde sua origem sempre combinou processos de violência entre os métodos da acumulação do capital, expressos por meio do “domínio de bens públicos, assenhorear-se e apoderar-se de propriedades e patrimônios públicos e privados em nome do progresso geral da sociedade são práticas regulares em toda a história do capitalismo” (BRANDÃO, 2010, p. 45). Além disso, afirma Brandão (2010, p. 48), os métodos de acumulação do capital são diversos, como:

A expropriação e supressão de camponeses, de atividades domésticas e de produções e distribuições solidárias. A geração de uma massa redundante de proletários destituídos de propriedade. Os subterfúgios e mecanismos de exploração (territorial, de classe, de atributos naturais etc.). O uso do território e de seus recursos minerais, água, energia etc. até exauri-los. A apropriação do espaço urbano (de sua intra e interurbanidade) como *locus* privilegiado da acumulação espoliativa. Estes e muitos outros são mecanismos permanentes de expropriação, sustentados muitas vezes por Estados e organismos internacionais.

Na particularidade dos atingidos por barragens que sofrem esses processos de violência, existem muitas denúncias por eles realizadas, no entanto, como dito, são quase sempre noticiados ideologicamente como “baderneiros”, “desocupados”, “radicais”, os quais têm sido criminalizados. Enquanto expressão do movimento concreto, destacamos outra ocorrência em Tucuruí, que retrata a violência cometida contra a população, quando em 2009 foram presos dezoito militantes do MAB, como se tivessem cometido crimes. O ato político no qual participavam era de protesto diante dos acordos não cumpridos com a Eletronorte e, como tal, não poderiam ser enquadrados como presos comuns (BENINCÁ, 2011).

A construção dos empreendimentos, em todas as etapas, implica várias transformações para a região, como: a grande demanda por moradias; a pressão sobre o mercado imobiliário; serviços públicos saturados; confrontos entre a população local e os migrantes; violência contra os indígenas; destruição do patrimônio cultural e arqueológico; desgaste dos recursos naturais (fauna e flora); perda na qualidade de vida da população, entre outros. Embora estejam revestidos da proposta de impulsionar o desenvolvimento na região Amazônica, a preocupação por parte dos empreendedores e do Estado tem sido inexpressiva com relação às necessidades básicas da população, pois desconsideram os impactos sociais e ambientais. Nas regiões onde foram construídas as barragens, aumentou o número de pessoas vivendo em condições precárias.

A opção por esse projeto hidroenergético resulta em agravantes das expressões da questão social acirradas pelo conflito capital e trabalho, uma vez que a população atingida fica sem trabalho, terra, comida e um local para plantar. Essa realidade demonstra as contradições e a incompatibilidade entre os projetos de desenvolvimento capitalista e a garantia de sobrevivência dos atingidos.

Compreendemos com base em uma leitura marxista sobre o fetichismo que, sob a dominância do capital, todas as relações sociais são fetichizadas, desde a mercadoria. O fetichismo é inerente ao capitalismo e impregna toda a sociedade, garantindo “a penetração do poder-sobre capitalista no núcleo do nosso ser, em todos os nossos modos de pensar, em todas as nossas relações com as outras pessoas” (HOLLOWAY, 2003, p. 80) e transforma essas relações em relações entre coisas.

Na sociedade capitalista, as relações entre as pessoas estabelecem-se pelas coisas e através das coisas e os recursos naturais adquirem, pelo agir humano, características sociais específicas e cada vez mais valiosas, tanto quanto todas as coisas de interesse do mercado. Ao reproduzir o caráter fetichizado e pretensamente neutro da relação do capital com o meio ambiente natural, as estratégias de enfrentamento impulsionadas pelo grande capital à questão ambiental estão direcionadas ao propósito de reforçar as suas bases hegemônicas e converter em seu próprio benefício

os efeitos drásticos da produção capitalista. Daí as inúmeras expressões da questão social, resultantes dos projetos de desenvolvimento capitalista, como as violações de direitos humanos no complexo do Rio Madeira, em Rondônia, segundo denunciou o Relatório da Plataforma Dhesca Brasil, no ano de 2008:

Exclusão da bacia do Madeira do âmbito dos estudos sobre impactos ambientais e violação do princípio da autodeterminação dos povos e soberania dos países; Caracterização insatisfatória sobre necessidade do empreendimento e ausência de análise sobre alternativas de menor impacto; Ofensa aos princípios democráticos e ao direito humano à informação e participação; Violação dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais; Ofensa ao direito humano ao meio ambiente equilibrado e à proteção à biodiversidade; Ofensa ao Direito Humano à Saúde: risco de contaminação por mercúrio; proliferação da malária; ausência de estudos sobre qualidade da água; Ofensa ao direito à alimentação segura, trabalho, acesso à terra e moradia adequada; Agressão ao Patrimônio histórico-arquitetônico (ZAGALLO; LISBOA, 2011, p. 2).

A revolta ocorrida na hidroelétrica Jirau, (Rondônia), em 2011, imprimiu maior visibilidade às violações de direitos humanos, as quais se aprofundaram nos últimos anos devido aos impactos com a chegada dos empreendimentos hidrelétricos. Os bens públicos pertencentes ao país, a exemplo dos rios, estão sendo privatizados para acumulação da riqueza em benefício de poucos. Por outro lado, para os que dependem dessas águas para sobreviver, restam os impactos causados pelos projetos de desenvolvimento capitalista.

Resulta da política energética do governo brasileiro, que prioriza a fonte hidroenergética na Amazônia, o atendimento aos interesses do capital ao preço da destruição da vida biótica e do modo de ser e viver da população, sobrepondo-se à dignidade humana e criminalizando os movimentos de resistência dos trabalhadores e a luta social.

É nesse contexto de expansão dos interesses do capital internacional na Amazônia que, a partir de 2018, emerge também no Brasil um amplo movimento na sociedade de legitimação dessa expansão predatória do meio ambiente e de direitos sociais. Nela, observamos se replicar por aqui o conservadorismo reacionário que se aprofunda e se expande no mundo afora. A incidência no Brasil dá-se na reconfiguração do Estado neoliberal sob a hegemonia do capital financeiro que aprofunda a lógica destrutiva trazida pelos modelos de desenvolvimento econômico das classes dominantes. Fortalecido a partir da ideologia e cultura conservadoras, compreendemos que o conservadorismo reacionário é componente desse movimento do capital.

O conservadorismo surge em oposição à nascente filosofia iluminista e teve como inspiração o pensamento conservador da Idade Média e a crítica ao surgimento da era moderna que negava instituições como Igreja, família, hierarquia, tradição. Os conservadores sempre compararam a vida atual com a época passada, pois a considera melhor. Os conservadores clássicos acreditavam que a Revolução Francesa (1789), o grande ponto de partida para as suas reflexões, fora um castigo

divino pelo fato de a sociedade ter se distanciado de Deus. Pode-se concluir, então, que o conservadorismo é a reação política e social em oposição à modernidade. O conservadorismo, portanto, surge de circunstâncias sociais que tornaram possível um grupo específico formular a sua própria ideologia frente à perda de privilégios e hegemonia da nobreza e da Igreja.

Quase 200 anos depois da emergência da Revolução Francesa, a década de 1980 foi a principal era do conservadorismo: “[...] a verdade é que nos cinco anos que vão de 1974 a 1979, tudo mudou dramaticamente na Europa e nos Estados Unidos, impondo-se um conservadorismo cada vez mais beligerante” (CUEVA, 1989, p. 32). Nessa quadra histórica, houve um profundo movimento de todo o espectro político, ideológico e cultural dos países do Ocidente numa inclinação à direita: foi o grande triunfo da burguesia imperialista (CUEVA, 1989).

A retomada contemporânea do conservadorismo em seu viés reacionário traz de volta outro giro à direita que vamos vivenciar em todo mundo, expressão da atual fase do capitalismo, sustentada na flexibilização das relações de produção e de trabalho sob a hegemonia do capital financeiro.

Nesse sentido, a questão central posta pelos analistas da burguesia ao modelo econômico implantado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2016, é a centralidade do desenvolvimento do país no mercado interno, atrelado a uma política de consumo de massa.

O *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, deu-se sob um golpe no qual a institucionalidade brasileira foi posta à prova e contou com a atuação ativa de movimentos de juventude que, das redes (sociais) às ruas e praças, consolidou-se com um viés conservador no Brasil, a partir das manifestações de massa ocorridas entre 2013 e 2016, com claro intuito de disputa ideológica para conformação de uma nova direita no país, fundamentada em um conjunto de ideais liberais, de negação do Estado.

Várias organizações começaram a participar desse emergente movimento liberal brasileiro, com o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade na sociedade civil, originadas através das novas tecnologias, principalmente em razão da internet. Dentre essas organizações, notabilizou-se com mais força o Movimento Brasil Livre (MBL), construído a partir de uma organização transnacional, a *Students For Liberty*, que atua no Brasil em sua versão brasileira, o *Estudantes Pela Liberdade* (EPL), financiado e promovido pela Atlas Network. Além do MBL, destacou-se também o Movimento Vem Pra Rua (VPR) e o Revoltados Online (ROL) que, juntos, realizaram grandes manifestações populares de rua, um espaço historicamente ocupado pelas mobilizações de esquerda. Se esses são elementos conjunturais importantes para esboçar uma análise sobre fatores que vão consolidando o golpe e a chegada da extrema direita ao poder, do ponto de vista da análise estrutural,

é preciso apontar o que Ladislau Dowbor (2016) chama de “Captura do poder pelo sistema corporativo”. Segundo ele,

A expansão dos *lobbies*, a compra dos políticos, a invasão do judiciário, o controle dos sistemas de informação da sociedade e a manipulação do ensino acadêmico representam alguns dos instrumentos mais importantes da captura do poder político geral pelas grandes corporações. Mas o conjunto destes instrumentos leva em última instância a um mecanismo mais poderoso que os articula e lhe confere caráter sistêmico: a apropriação dos próprios resultados da atividade econômica, por meio do controle financeiro em pouquíssimas mãos. As dinâmicas de poder político, econômico e cultural estão sendo reorientadas, gerando uma nova configuração que se trata de estudar. É o pano de fundo de uma sociedade em busca de novos caminhos de gestão (DOWBOR, 2016, p. 1).

Assim, observamos que o conservadorismo, como expressão da luta de classes, está presente na base do pensamento e no modo de vida das classes dominantes brasileiras, na ideologia dessas classes, como ocorre em todas as sociedades capitalistas contemporâneas. Mas a atual vertente reacionária ganhou força e foi fundamental no acirramento da luta de classes no Brasil (LOPES, 2018).

3 A CULTURA PROFISSIONAL CRÍTICA EM SERVIÇO SOCIAL E TENSÕES NA DIMENSÃO INTERVENTIVA

No contexto atual da sociedade brasileira marcado pelo aprofundamento da questão social, pelo recrudescimento do conservadorismo reacionário e o acirramento da luta de classes, forjam-se mudanças culturais para o estabelecimento de um conformismo social adequado aos interesses da produção e reprodução destrutiva capitalista, sob a hegemonia mundial do capital financeiro. O Estado reconfigurado sob a orientação neoliberal, na relação orgânica com a sociedade civil, tem função fundamental nesse processo. Como elemento totalizante do domínio político do capital, atua através dos aparatos persuasivos e coercitivos em que se destacam: a educação, sendo a escola como função educativa positiva e os tribunais, como função educativa repressiva negativa, como diria Gramsci (1999); e, a polícia como aparato repressivo. Nesse processo, historicamente, a religião e a família ao lado da educação atuam como instituições culturais fundamentais. O propósito é a recomposição e difusão de uma base ideológica para sustentação do conformismo social a despeito do aprofundamento das desigualdades sociais e do controle de suas expressões na vida das classes subalternas, trabalhadoras, marcado pela violência física e subjetiva, que se manifesta de forma mais intensa e brutal sobre os/as trabalhadores/as empobrecidos/as e miserabilizados/as, principalmente, moradores/as em “favelas” e bairros populares na periferia dos centros urbanos, negras/os, sem terra, sem teto, desempregadas/os, jovens negras/os, idosos, comunidade LGBTT, comunidades tradicionais

indígenas e quilombolas. Sobre todos esses grupos, o processo de exploração, dominação e humilhação capitalista, na periferia do sistema, potencializa-se. Assim, na sociedade brasileira, em nome da “ordem e o progresso” — lema da bandeira brasileira —, sob o slogan do atual Governo Federal “Pátria amada Brasil”, as forças no poder tentam justificar a criminalização da pobreza e das lutas e organizações das classes subalternas, trabalhadoras, o desrespeito aos direitos humanos e a destruição da natureza, buscam respaldo no ideário do patriotismo e no moralismo burguês ao qual se atrela a meritocracia, fortalecidos pela incorporação de uma visão religiosa do mundo gestada e difundida por milionárias seitas neopentecostais.

Nessa conjuntura adversa à construção do projeto profissional crítico⁶, o denominado, projeto ético-político profissional (NETTO,1999)⁷, base da formação da cultura profissional crítica, as/os assistentes sociais como trabalhadoras/es assalariadas/os vinculadas/os aos projetos interventivos contraditórios das classes sociais enfrentam as tensões da intervenção profissional nos espaços mercado de trabalho profissional⁸ materializado nas instituições empregadoras (públicas, em sua maioria, e privadas), que orientam e controlam o exercício profissional. Essa complexidade exige das/os profissionais: a permanente atualização do conhecimento crítico e capacidade de análise sobre a questão social e suas sequelas — objetos da ação —, e da avaliação das relações de força nos confrontos cotidianos nas instituições empregadoras, processo que supõe vinculação ao movimento de organização política da categoria, isto é, da sua constituição como força coletiva consciente e atuante, organicamente integrada à organização, luta e resistência das classes subalternas, trabalhadoras.

Os recuos democráticos e civilizatórios nas primeiras décadas do século XXI em todo o mundo, aprofundados no Brasil a partir de 2016, com o golpe parlamentar-jurídico-midiático através do impeachment da Presidente eleita Dilma Rousseff para o seu segundo mandato (2015-2016) e, com o atual Governo Federal de extrema direita, marcam uma conjuntura de acirramento da luta de classes em que as forças do retrocesso são fortalecidas enquanto avança a fragmentação das classes subalternas, trabalhadoras, e são enfraquecidas enquanto forças de resistência, golpeadas desde os anos 1990 pela ofensiva neoliberal no âmbito da produção e reprodução social, ou seja, como acentua Antunes (1995), em sua “materialidade e subjetividade”.

Assim, o avanço do projeto profissional crítico, é, portanto, ameaçado, principalmente, pelas inflexões que ocorrem em dois planos: a) no âmbito da produção e reprodução social a partir das estratégias de flexibilização da produção e do trabalho que avilta a força de trabalho e a vida do trabalhador e sua família, aumenta o desemprego, enfraquece e fragmenta a organização, lutas e resistência das classes subalternas, trabalhadoras, enquanto sujeitos da emancipação, retira direitos conquistados, refuncionaliza e mercantiliza as políticas sociais, reconfigura o mercado de trabalho e afeta a/o assistente social como trabalhador/a; b) no âmbito acadêmico-político, o recrudescimento do

pensamento e cultura do conservadorismo reacionário encontra leito na chamada crise dos paradigmas, funcional à crise estrutural do capital desde os anos 1970 que põe em xeque as teorias da modernidade, com ênfase sobre o pensamento de Marx e tradição marxista, processo que incide fortemente no Brasil e enseja sua reatualização meio profissional do Serviço Social⁹. Importa notar que, apesar do ataque à Marx e à tradição marxista, e da debandada de muitos intelectuais para o campo do chamado pensamento pós-moderno, é reafirmada a atualidade desse pensamento por aqueles que se empenharam e se empenham “na crítica radical da sociedade burguesa e nos processos prático-políticos de libertação nacional, de luta anti-imperialista e construção socialista” (NETTO, 2012, p.7).

O projeto profissional crítico se constitui na história da profissão no país como expressão da resistência da categoria profissional e se mantém como orientação em todas as suas dimensões¹⁰. Entretanto, a dimensão interventiva, que entendemos como a “dimensão primeira definidora da natureza e identidade da profissão” (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2014) e, portanto, a principal referência da formação da cultura profissional, sendo a mais imbricada no sistema de controle dominante, onde as contradições se manifestam com mais força, é, assim, a dimensão mais vulnerável ao ataque das forças do retrocesso.

A cultura profissional crítica se forma primordialmente nesse terreno complexo e é impulsionada por processos histórico-políticos que se entrecruzam e se confundem na dinâmica da intervenção profissional entre duas direções, isto é, entre a luta pela defesa, garantia e ampliação de direitos, ou seja, no horizonte tardio do Estado de Bem-Estar colocado no país com a Constituição Federal/1988 (CF/1988) e a luta pela construção de nova e superior cultura no processo de superação da ordem capitalista fundada na necessidade histórica da emancipação humana. Essas direções demarcam “tendências da cultura profissional crítica” (ABREU, 2017) entre a cultura profissional do direito no Serviço Social, cujas bases ganham força no meio profissional com a participação ativa dos assistentes sociais no processo constituinte e na luta pela garantia de direitos conquistados na CF/1988, com base nos valores de justiça social e democracia liberal, afrontados pela negação de direitos, refuncionalização das políticas sociais e das instituições de implementação sob a orientação neoliberal desde os anos 1990; e a cultura profissional crítica orientada pela necessidade histórica da emancipação humana, consubstanciada nos processos concretos de organização, luta e resistência das classes subalternas, trabalhadoras.

Tendências que confrontam a cultura do conservadorismo, hoje fortalecida em todas as instâncias da vida social e presente na profissão desde seus primórdios. Embora o pensamento conservador tenha sido rechaçado desde a virada em 1979, com a hegemonia do projeto profissional crítico, tende a restaurar-se na profissão, e ganha força, sobretudo, pela mediação da assistência “principal eixo da inserção orgânica da profissão nas relações sociais” (LOPES, 1999) e da formação da cultura profissional. Estamos nos referindo à tradicional cultura profissional da assistência centrada no

ideário da ajuda e da integração social, marcas históricas da profissão até a virada em 1979. Ainda que a assistência tenha adquirido o estatuto de direito social através da CF/1988, e responda, legitimamente, mediante o repasse de parques bens e serviços (mínimos sociais) a necessidades de ordem material e imediata de vastos segmentos das classes subalternas, trabalhadoras, atende, contraditória e prioritariamente, no mesmo movimento, à necessidade de reprodução das desigualdades inerente à reprodução ampliada do capital. A assistência como direito se encaixa na cultura profissional do direito, é a tendência mais expressiva da cultura profissional crítica, na sociedade brasileira, na medida em que o envolvimento da categoria profissional na luta por direitos, embora tenha no centro a assistência, constitui o principal eixo de vinculação da profissão aos interesses e lutas das classes subalternas e à necessidade histórica de emancipação humana, como assinalado em Lopes e Abreu (2018).

Entendemos que a intervenção profissional no setor elétrico na Amazônia brasileira, na particularidade das empresas Eletronorte e Consórcio Estreito Energia (CESTE), expressa de modo peculiar essas contradições. De acordo com a análise de Berger (2018)¹¹, a intervenção profissional nesse setor, atinge, respectivamente: os funcionários das empresas e em situações específicas seus familiares, e comunidades diretamente afetadas com a construção de hidroelétricas. Incide sobre situações relacionadas ao trabalho e à vida privada da/o trabalhador/a e, ainda, sobre as situações problemáticas coletivas, geradas pelos empreendimentos dessas empresas¹², nas comunidades do entorno. A requisição do Serviço Social nesse setor, que é considerado estratégico da economia nacional, é mediada pelo discurso empresarial do desenvolvimento sustentável que se apresenta “como um novo campo de intervenção” (BERGER, 2018, p. 214) e favorece uma diversidade de espaços de trabalho e demandas profissionais para a/o assistente social, integrada a estratégias persuasivas e coercitivas das empresas na busca de adesão e legitimidade às mudanças nos protocolos organizacionais do trabalho e do reconhecimento da “responsabilidade social” agregada à sua imagem. Assim, recrutam assistentes sociais e outros profissionais como força de trabalho, também submetida aos mesmos protocolos organizacionais do trabalho, fundados na superexploração e no recrudescimento do controle funcional e político-ideológico sobre a força de trabalho. Na Eletronorte, além do setor específico de Serviço Social, as/os assistentes sociais são alocadas em trabalhos junto a espaços como: recursos humanos, médico social, segurança, medicina do trabalho, qualidade de vida; no CESTE, vinculam-se ao setor socioambiental, no segmento responsável pela “gerência de projetos sociais, intervindo nos impactos ocasionados pela construção da usina” (BERGER, 2018, p. 220).

Sem dúvidas essas estratégias e seus desdobramentos em diversas atividades, envolvem um intenso e contraditório trabalho pedagógico integrado à formação da cultura organizacional da

empresa — expressão do conformismo dos trabalhadores às normativas e aos mecanismos político-ideológicos de controle dos trabalhadores, que significa em outros termos para as/os trabalhadoras/es “vestirem a camisa da empresa”. A cultura organizacional da empresa repercute na reformatação da vida cotidiana dos envolvidos, ou seja, os/as trabalhadores/as vinculados/as às empresas e os grupos atingidos, incidindo na formação de subjetividades e formas de conduta individual e coletiva desses sujeitos.

A formação da cultura profissional crítica supõe, na contramão da lógica da empresa, a participação crítica e consciente da/o assistente social na construção coletiva da intervenção, num movimento político-pedagógico das classes subalternas, vinculado à elaboração de uma nova concepção de mundo e sua transformação em ações vitais em condições históricas determinadas, ou seja, a transformação da concepção mundo em cultura/modo de vida. O cerne desse movimento político-pedagógico de formação da cultura crítica, podemos encontrar na seguinte indagação de Gramsci (1999):

[...] é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (...), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1999, p. 93).

A esta indagação, Gramsci responde em toda sua obra, na análise da formação da cultura pelas classes subalternas no movimento de sua constituição como classe hegemônica. Processo mediado pelo trabalho dos intelectuais na transformação de homens-massa em homens-coletivos, a partir da elaboração de uma nova concepção de mundo. Acentua Gramsci (1999) que “pela concepção de mundo pertencemos a um determinado grupo social, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir” (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Daí a importância da organização política e formação da consciência crítica das classes subalternas, trabalhadoras e a luta pela alteração das relações de força, no movimento estrutura/superestrutura, na convicção de que é possível a constituição da vontade coletiva pelos grupos subalternos, como “consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real” (GRAMSCI, 2000, p.17). Assim, a relação profissional da/o assistente social com as organizações e lutas dos sujeitos atendidos pela intervenção é uma necessidade, enquanto intelectual profissional, tanto no propósito de contribuir para o fortalecimento desses processos

organizativos como também pela função mobilizadora e de fortalecimento da inserção do profissional nos processos organizativos e de luta da própria profissão.

No caso dos assistentes sociais que atuam na Eletronorte e CESTE, embora não se evidencie na análise de Berger (2018) a força dessa relação, há indicações da visão crítica das/os assistentes sociais quanto à exploração do trabalho, no qual se incluem como trabalhador/a, à autonomia profissional e ao desrespeito à preservação do meio ambiente. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável não aparece como questão em seu fundamento na visão dos assistentes sociais como podemos extrair da análise de Berger (2018), na medida em que tende a ser tratado como projeto possível e desejável, como tarefa de cada um e de todos. No entanto, é questionado o descaso da empresa em relação ao que preconiza em defesa do meio ambiente e não cumpre. A questão ambiental, que é ainda pouco abordada no debate profissional, é configurada como uma “nova” demanda profissional, e que, sob o ponto de vista da cultura profissional crítica, exige a construção de estratégias de enfrentamento comprometidas com as demandas imediatas e emancipatórias dos grupos que sofrem as consequências da devastação ambiental em seu modo vida, que passa pela conquista, defesa e ampliação de direitos.

A relação profissional com os atingidos evidenciada na pesquisa de Berger (2018) parece restringidas às prioridades estabelecidas pela empresa, o que pode decorrer, por um lado, da insegurança no trabalho da/o assistente social como trabalhador assalariado que depende da venda de sua força de trabalho, insegurança que se aprofunda no atual contexto de aumento do desemprego, como exemplifica a redução dos postos de trabalho para essas/es profissionais nas citadas empresas; e, por outro lado, denota os estreitos limites da autonomia profissional submetida às imposições, normativas e recursos da instituição empregadora, na formulação das repostas profissionais. Essas tensões ameaçam o avanço da capacidade crítica de análise da realidade das/os profissionais e o estreitamento da relação profissional à luz do projeto ético-político profissional, entretanto, como intelectuais profissionais intervindo nas contradições, esses profissionais têm possibilidade de se mover, na direção dos interesses dos/as trabalhadores/as. É alentadora a resistência ideológica de profissionais quando se “contrapõem enfaticamente à possibilidade de compatibilizar preservação ambiental com crescimento econômico” (BERGER, 2018, p. 226), porém, respostas profissionais, embora bem intencionadas, fundadas no direito dos trabalhadores e atingidos, não avançam na direção da resistência desses sujeitos, tendem a reforçar o assistencialismo na constituição do conformismo necessário ao projeto da empresa e para o qual os assistentes sociais são requisitados.

Esse quadro de tensões da intervenção profissional no setor elétrico na Amazônia brasileira, minimamente delineado, permite apontar como hipótese a ser pesquisada: a cultura profissional se move entre o ideário da cultura profissional do direito, tendo a assistência como eixo

central, trabalhada nas contradições entre o assistencialismo integrado às estratégias da filantropia empresarial, portanto numa ação mistificada e mistificadora da questão social, e a luta por direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia ocupa posição de destaque na Divisão Internacional do Trabalho, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, como fornecedora de bens primários no contexto em que o Brasil aderiu ao projeto capitalista sob a ideologia desenvolvimentista. O incentivo à industrialização consistia em uma das facetas do desenvolvimentismo, considerado como meio de superação do subdesenvolvimento.

No entanto, no projeto de industrialização, estava delimitada a posição dos países periféricos, produtores de bens de consumo duráveis e com uma força de trabalho de baixo custo para fomentar a acumulação. Ademais, visava atender aos interesses da dependente burguesia nacional e internacional, adquirindo espaço para o projeto capitalista imperialista.

A lógica que prioriza a expansão da geração de energia elétrica na Amazônia tem demonstrado o quanto as condições de vida dos grupos sociais são afetadas e secundarizadas frente ao interesse primordial de concretizar o domínio do capital privado sobre uma questão que é estratégica, que é a questão da energia. Ainda mais sob o discurso de defesa do meio ambiente, no que consiste o fetiche do desenvolvimento sustentável.

Desse modo, consideramos que o desvendamento do fetiche do desenvolvimento sustentável contribui para a desmistificação da lógica produtivista e da possibilidade de conciliação da preservação do meio ambiente em um sistema dominado pela ganância e lucro.

A formação da cultura profissional crítica se vincula à organização, luta e resistência das classes subalternas e remete à luta pela emancipação que passa pela conquista da defesa e ampliação de direitos, embora um eixo central no âmbito do projeto ético político profissional, ainda está a ser aprofundado a partir do pensamento crítico marxista, como necessidade da construção de estratégias de resistências na sustentação desse projeto no enfrentamento do avanço do conservadorismo na sociedade e na profissão.

Há que se considerar, portanto, que a formação da cultura profissional crítica é um processo complexo que reflete as contradições e a necessidade de resistência e sustentação do projeto profissional crítico nucleado na intervenção na relação orgânica com a formação e demais dimensões constitutivas da profissão como totalidade histórica: a produção de conhecimento e a organização política (LOPES, ABREU, CARDOSO, 2014); processo que traduz os nexos político-

ideológicos que a profissão estabelece com os movimentos contraditórios das classes sociais na formação da cultura como parte da luta pela hegemonia.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Tendências da Cultura Profissional no Serviço Social: entre a cultura da assistência e do direito e a construção da cultura crítica emancipatória. **Projeto de Pesquisa**, São Luís, 2017.

ANA (Agência Nacional de Águas). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: regiões hidrográficas brasileiras - Edição Especial. Brasília: ANA, 2015a. Disponível em: <http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/snirh-1/conjuntura-dos-recursos-hidricos/regioeshidrograficas2014.pdf>

ANTUNES, Ricardo. **Adeus a trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995.

_____; BRAGA, Ruy (orgs.) **Infoproletários**: degradação real do Trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2011

BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BERGER, Mariana Cavalcanti Braz. **O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal**: "velhas" e "novas" demandas profissionais. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

BRANDÃO, Carlos. **Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil Contemporâneo**. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, p.39- 69, 2010.

CHESNAIS, François. O Capital Portador de Juros: Acumulação, Internacionalização, Efeitos Econômicos e Políticos. In: CHESNAIS, François (org). **A finança Mundializada**. São Paulo, Boitempo, 2005.

CUEVA, Agustín. (org.) **Tempos conservadores**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

DOWDOR, Ladislau **A captura do poder pelo sistema corporativo**, 2016. Disponível em: <http://dowbor.org/2016/06/a-captura-do-poder-pelo-sistema-corporativohtml/>. Acesso em: 29 abr. 2018.

_____. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do Mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

GRAMSCI, Antônio. **Os Cadernos do Cárcere**. Volumes 1,4,5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999,2001,2002.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOPES, Josefa Batista. Luta de Classe e o Avanço do Conservadorismo Reacionário no Brasil: resistência da classe trabalhadora e popular e a incidência no Serviço Social da ascensão do PT à Presidência da República ao golpe de Estado de 2016. **Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPQ**, 2018.

LOPES, Josefa B. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de O. **Serviço Social no Brasil. História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. A relação Serviço Social - movimento social: indicações para um estudo. **Serviço Social & Movimento Social**, São Luís, v.1, n. 1, p. 7-20, jul./dez.1999.

LOPES, Josefa B.; ABREU, Marina M.; CARDOSO, Franci G. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, Maria B.; DURIGUETO, Maria L. **Movimentos Sociais e serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, Josefa B.; ABREU, Marina M. A questão da identidade profissional do assistente social: constituição histórica e a determinação do mercado de trabalho. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social/ (XVI ENPESS)** Vitória/ES:ABEPSS, 2018.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. módulo 1, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB,1999.

_____. Das ameaças à Crise. **Revista Inscrita**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ano VII, nº X, novembro 2007.

_____. Introdução. In: **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ZAGALLO, José Guilherme Carvalho; LISBOA, Marijane Vieira. **Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do rio Madeira**: Relatório preliminar de missão de monitoramento. Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos Sociais Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca Brasil). Curitiba, 2011.

Notas

¹ Os trabalhos mencionados encontram-se nos anais da IX JOINPP/UFMA, 2019, como componentes da mesa temática intitulada “CONSERVADORISMO REACIONÁRIO E DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA: resistência das classes subalternas e a cultura profissional crítica em Serviço Social”, com os seguintes títulos e autorias: “A retomada do conservadorismo reacionário no contexto das transformações do capital e sua incidência no Brasil”, de Cristiana Costa Lima; “Os impactos da expansão do setor elétrico na Amazônia brasileira: o fetiche do desenvolvimento sustentável”, elaborado por Mariana Braz Cavalcanti Berger; e “A cultura profissional crítica em Serviço Social na sociedade brasileira sob o avanço do conservadorismo reacionário: as tensões e desafios entre o horizonte do Estado de Bem-Estar e a necessidade histórica da emancipação humana”, da autoria de Marina Maciel Abreu.

² Seguimos neste trabalho a concepção gramsciana de “classes subalternas” ou “grupos sociais subalternos”, enquanto sujeito a partir do qual Gramsci desenvolve sua análise sobre a constituição de uma nova e superior cultura no movimento de constituição da hegemonia dessas classes, como estratégia revolucionária. Entendemos que essa concepção dá conta totalidade da classe trabalhadora e demais segmentos submetidos à exploração, dominação e humilhação do sistema capitalista.

³ Grupos e comunidades sentem-se ameaçados pelos projetos de barragens, independente das possibilidades concretas de sua implantação.

⁴ Segundo informações disponíveis em: <http://www.valor.com.br/empresas/4340030/brasil-ocupa-5-lugar-em-ranking-internacional-de-tarifa-de-energia>

⁵ Disponível em: <<http://www.sddh.org.br/sddh/index.php/item/1284-nota-das-organizações-e-movimentos-sociais-contra-a-condenação-de-militantes-do-mab-em-tucuruí-pa>>.

⁶ O projeto profissional crítico que se explicita e ganha hegemonia no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (IICBAS), em São Paulo, 1979, o conhecido “Congresso da virada”, reflete a consciência de classe da categoria e materializa a vinculação orgânica através de suas organizações de representação política aos processos de organização e resistência das classes subalternas, trabalhadoras, concretizadas nas lutas que marcam os anos 1970/1980, contra a ditadura civil-militar (1964-1985), das quais também participaram outros setores progressistas da sociedade, visando à melhorias das condições de vida e à democratização das relações entre Estado e sociedade civil. Foi relevante nesse movimento, e continua necessária, a influência do pensamento crítico marxista que avança nas ciências sociais e na luta social, assim como o impulso dos processos revolucionários no continente latino-americano, em que a vitória da revolução cubana em 1959 é a maior expressão.

⁷ Comenta Netto (2007) que essa nomenclatura não é originalmente de sua responsabilidade, ela já circulava no IX CBAS, realizado em Goiânia (1998), e que a recolheu em seu artigo, publicado em 1999, “A construção do projeto ético-político do Serviço Social” (1999), no módulo1, da Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB,1999), mas, acentua que tal designação, nunca lhe pareceu inteiramente adequada, daí sua preferência pela denominação “*novo projeto profissional*.” (NETTO,2007, p. 37, grifos do autor).

⁸ “O mercado de trabalho profissional expressa necessidades sociais, interesses e condições de trabalho, historicamente determinadas, das instituições empregadoras que orientam o exercício profissional dos assistentes sociais como seus funcionários, sejam essas instituições públicas privadas, de natureza mista, ou as chamadas ONGs.” (LOPES, ABREU,2018).

⁹ Como é o caso da proposta profissional expressa no chamado “Serviço Social Libertário”, cujo ideário e programáticas interventivas se afirmam contra o projeto ético político profissional e atualizam pautas conservadoras, tendem a encontrar vazão na massa de egressos provenientes dos cursos de graduação de baixa qualidade e aligeirados incentivadas e respaldados na política privatista do MEC. Tal política transforma a educação em mercadoria rentável, como é exemplar o incentivo e a expansão do ensino a distância em todos os níveis (EAD). No Serviço Social, hoje, no Brasil, a grande maioria dos cursos são privados na modalidade a distância.

¹⁰ Serviço Social como profissão e área de conhecimento configura “uma totalidade histórica constituída de quatro dimensões: formação, intervenção, produção de conhecimento e organização política da categoria profissional, vinculadas organicamente” (ABREU; LOPES; CARDOSO, 2014, p. 196).

¹¹ Esta discussão sustenta-se nos estudos de Berger (2018) sobre “O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia legal: ‘velhas’ e ‘novas’ demandas

CONSERVADORISMO REACIONÁRIO E DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA: resistência das classes subalternas e a cultura profissional crítica em Serviço Social

profissionais”, divulgados em sua tese de doutorado, defendida em 2018, junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.

¹² De acordo com análise de Berger (2018), a Eletronorte e o CESTE não atuam na construção de hidroelétricas: a Eletronorte, como consta na sua página web (<http://eletronorte.gov.br>), é concessionária do serviço público de energia elétrica com atuação em nove estados da Amazônia Legal e por meio do Sistema Integrado Nacional (SIN) também fornece energia a compradores das demais regiões do país; e a CESTE é responsável pela operação da hidroelétrica de Estreito. Outras empresas contratadas ou terceirizadas pela Eletronorte atuam na execução de obras, também são empregadoras de assistentes sociais.